

## ATA NÚMERO 9

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 FEVEREIRO DE 2019

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, Lucinda Fonseca, Raimundo Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Nuno Miguel Oliveira de Sousa Queirós, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, André Magalhães e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, **Olívia de Carvalho**, António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Fernando José Moura e Silva, Maria do Rosário Magalhães Loureiro, Pedro Miguel Varejão Reis, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Luísa Magalhães Maia, **Carlos Alberto Freitas Miranda**, **Sara Moreira Machado**, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, Dina Maria Teixeira Coelho, Marta Inês da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão  
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga  
FREGIM – Sandra Castro Fraga  
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós  
GONDAR – António Manuel Teixeira da Silva  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira  
LOMBA – José Sidónio Vasconcelos  
LOUREDO – Alípio Teixeira  
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
PADRONELO – Armando Coimbra  
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva – Substituída por Luís Carlos Costa Dinis  
SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes  
TELÕES – Domingos Pinheiro  
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha

VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo – Substituído por José António Ferreira

VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Jorge Nunes Monteiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO  
Joaquim Pinheiro - FALTOU

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –  
Ângelo Magalhães

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRIS-  
TINA – Daniel Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO - Faltou

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite

FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo – Substituído por Torcato  
Fernando Carvalho Ferreira

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido  
Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Pedro Manuel Barros Pereira, Carlos António da Silva Carvalho, Alfredo Carvalho, António Manuel Pinto Tomaz, António Jorge Vieira Ricardo, Lino Macedo e Cláudia Daniela Mota e Silva. Feita a chamada e verificada a existência de quórum, foi então dado início aos trabalhos.

Foi dada a conhecer aos presentes a correspondência recebida até esta data.

Os trabalhos continuaram com a análise e discussão das atas da reuniões de vinte e oito de dezembro de 2018 e a da reunião extraordinária de trinta de janeiro de 2019. Relativamente a estas atas solicitaram algumas correções os senhores deputados Helena Portela e José Joaquim Magalhães Teixeira, que de imediato foram atendidas. De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não votaram a primeira ata por não terem estado presentes na referida reunião os seguintes deputados: António Ferreira Soares Araújo, Pedro Miguel Torres Varejão Reis, Hugo Miguel Costa Carvalho, Flávia Queirós, Sandra Castro, Ana Sofia Marinho Briga, Luís Carlos Costa Dinis, José António Pereira Ferreira e Torcato Fernando Carvalho Ferreira.

A segunda ata, a de trinta de Janeiro, não foi votada por: Luís Carlos Costa Dinis, José António Pereira Ferreira, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Inês Brochado Marinho Batista e Zita Graça Teixeira Pereira.

Da votação da ata resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Foi então dado início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: “Dos que estamos aqui, nomeadamente eu, o Dr. José Luís Gaspar e também o saudoso engenheiro Jorge Mendes e o senhor deputado Carlos Carvalho também já estivemos na oposição. O nosso estilo era outro. Às vezes era mais acalorado mas a crítica era sempre construtiva e positiva. Ajudávamos e estimulávamos. Criticávamos por não fazerem, por não aproveitarem fundos, por não investir e por não desenvolverem a nossa terra. Quantas vezes eu disse ao senhor Presidente da Câmara da altura, o Dr. Armindo Abreu, para ele ir a Lisboa buscar o programa funcional da GNR e para não ficar sentado à espera da resposta ao ofício que tinha enviado. Meus senhores, deixem-me refletir convosco: fazer uma conferência de imprensa para quê? Qual o efeito disso? Qual o motivo da presença do Dr. Manuel Pizarro numa conferência sobre assuntos de Amarante, tendo sido ele a pessoa que desrespeitou de forma grosseira a nossa terra e o nosso Presidente da Câmara? como sabem, disse aqui, em Amarante, no discurso das comemorações do 25 de Abril de 2016 que “o comboio para Amarante é uma daquelas propostas ridículas” e acrescentando que “talvez possam propor a esse Presidente da Câmara de Amarante que vá de

carrinho de rolamentos porque pelo menos nas descidas pode aproveitar a embalagem". Vangloriando-se quanto ao novo hospital de Amarante por ter estado e cito - "associado ao projeto do hospital e à programação do hospital". Meus senhores, está tudo explicado, porque com tal associação deu no que deu. Já se viu qual foi umas das causas da génese dos problemas do funcionamento do hospital. Meus senhores, foram buscá-lo para quê? Certamente não foi para lhes dar credibilidade. Certamente que não foi pela sua preocupação e interesse por Amarante. Uma conferência de imprensa para quê? Para propalar mais uma notícia negativa para a imagem da nossa terra? Numa altura que tentamos colocar Amarante, e temo-lo conseguido, na rota das boas notícias sobre as termas, o quartel, o eixo central de Vila Meã, o MIMO, o UVVA, medidas sociais e outras, sendo que ainda hoje saiu uma sobre os doces conventuais na revista Visão, tem sido a oposição a fazer exatamente o contrário. Foi o programa - Dentista- e eu penso que o senhor deputado Hugo Carvalho ainda virá aqui realçar isso, ainda que seja para dizer que foi pela sua ação. São as avenças, as contas e o mais que por aí virá. O que é que ganham com estas manchetes negativas para a nossa terra? A narrativa inicial é de que não se fazia nada. Depois quando saiu a célebre revista com o muito que já se tinha feito, a narrativa passou para as contas, para a dívida, para o despesismo, etc. Sugiro agora ao senhor Presidente da Câmara que saia outra revista com as contas, explicando aos amarantinos tudo o que há a explicar a este respeito para que não fique no ar a dúvida e a mistificação que querem criar e para que os amarantinos percebam que este Executivo com menos dívida conseguiu executar mais obras e projetos. Para quê uma conferência de imprensa quando sabem que se trata de procedimentos administrativos e instrumentos de gestão ao dispor das Câmaras previstos na lei e utilizados por inúmeros municípios, um dos quais, a antecipação de receitas, já utilizado por vós quando eram poder? Nessa altura, nós na oposição votamos a favor. Não fizemos uma conferência de imprensa. Fizemos uma ou duas quando na altura não transferiam verbas para as freguesias e quando não aproveitavam fundos estruturais. Nessa altura, fizemos porque vocês não faziam nem aproveitavam.

Tínhamos de facto uma atitude diferente quando estivemos na oposição. E foi essa atitude que nos levou ao poder. Não percebo a vossa atitude e o vosso alarme, tanto mais numa época em que as Câmara Municipais nunca foram tão controladas, pelo Governo, pelos Revisores Oficiais de Contas, pelo Tribunal de Contas e pelas redes sociais, porque hoje está tudo na internet e por isso nunca houve tanta transparência.

Para quê uma conferência quando sabem que estamos a necessitar de um grande volume de investimento porque estamos no pico de uma tentativa de aproveitamento dos fundos estruturais no programa 2020? Sinceramente, deixem-me que lhes diga que a vossa atitude só revela verdadeiramente a vossa preocupação com o contraste notório, na minha opinião, entre o marasmo do passado e a dinâmica do presente. Acho que não querem que se faça. Acho que não querem que se invista. Parece-me que se continuarem assim não ganharão grande coisa com isso. Aliás, já tiveram uma resposta concludente em que a narrativa era similar.

Meus senhores, se estivessem verdadeiramente preocupados com Amarante deviam fazer como nós fazíamos que era ajudar a resolver os problemas, fazendo uma oposição construtiva e positiva, neste contexto de que toda a gente pelo país está a aproveitar ao máximo os fundos estruturais. Poderia até haver um pacto de regime, acerca desta situação, ajudando a aproveitar o máximo que se pudesse. Deviam promover a nossa terra e a nossa imagem e não afetá-la com conferências de imprensa de nenhum efeito e que não conduzem a lado algum. Podiam até recorrer à tutela inspetiva do governo que isso pelo menos teria algum efeito. Mas isso é só preocupação político-partidária, não é meus senhores?

Senhor Presidente, o senhor podia ter uma vida muito mais calma se fizesse a gestão que havia no passado, mas sei que quer recuperar o tempo que Amarante per-

deu durante quase um quarto de século. Sei que está a tentar aproveitar o mais possível os fundos estruturais. Esperemos que ainda vá a tempo. Pela nossa parte terá, como sempre teve todo o nosso apoio. Aproveito aliás para felicitar o seu Executivo pela recente inauguração de mais uma obra necessária e prometida há décadas, as Termas de Amarante. É isto que a nós nos deixa felizes. É isto que devia ser motivo de conferências de imprensa”.

#### **HUGO CARVALHO - PS**

No uso da palavra começou por dizer: “Pensava que ia fazer a discussão deste ponto na altura em que fôssemos discutir o empréstimo. Vamo-nos adiantar e discutir já algumas das coisas que vão acabar por entroncar nos pontos que mais à frente vão ser discutidos.

Quero também dizer ao senhor deputado António Araújo que registo a sua intervenção escrita pela primeira vez nesta Assembleia Municipal. Registo também que fiquei a saber de viva voz o que pensa o PSD de Amarante, porque até agora ficava confuso uma vez que o PSD hoje parece que se decide nos corredores da Câmara. Fico contente por ver hoje o PSD, embora em Assembleia Municipal demonstrar aquilo que são as suas preocupações e que o senhor Presidente da Câmara não precise de utilizar a página institucional do município ou o facebook institucional para poder transmitir uma mensagem político-partidária. Por isso quero deixar esta primeira nota. Não me parece que seja totalmente rigoroso que se use uma página institucional para fazer resposta ao que se diz ser uma resposta política de um partido com a dimensão do PSD. Sobre esse aspeto, também quero dizer o seguinte: que diria no passado José Luís Gaspar quando era membro da oposição em Amarante, bem como o senhor deputado António Araújo que também desempenhou essas funções? Que dirá hoje o senhor Presidente da Câmara dessa sua conferência de imprensa? Eu vou dizer-vos o que dizia o PSD nessa altura, algures no ano de 2013: “esperemos que tal postura não se reflita a bem da ética política e institucional, dos princípios e dos valores da democracia”. Isto era o que dizia o PSD. Não sei o que dirá o PSD nos tempos que correm.

Mas deixe-me dizer-lhe, senhor deputado António Araújo, que o PS faz oposição séria e rigorosa a este Executivo. E fá-lo, em primeiro lugar, por uma razão objetiva, porque o PS quer voltar a governar Amarante e o mais rapidamente possível. Não tenha a menor dúvida disso. Falou de algumas tomadas de posição que o PS tomou. Tenho pena que o PSD não as tenha acompanhado, porque provavelmente o PSD que existe é o PSD dos corredores da Câmara e não o PSD que faça o verdadeiro escrutínio da atividade da Câmara Municipal. Falou das avenças. É verdade que são valores demasiado elevados para uma Câmara com a dimensão de Amarante. Estou certo que concordará com isso. Estou certo de que no passado também se oporia a isso. Falou também que o PS se preocupa com o prazo de pagamentos. É verdade que nos preocupamos. Podia também ter falado de outras coisas com as quais o PS se preocupa e para as quais nós também gostávamos de saber qual o posicionamento do PSD oficial. Que pensa o PSD do fim do coeficiente familiar, quatro anos após ter sido instituído no município em que uma família que tivesse um elemento a seu cargo tinha uma dedução de vinte euros, uma família que tivesse dois elementos a seu cargo tinha uma dedução de quarenta euros e quem tivesse três tinha uma dedução de setenta euros? Sabemos o que pensa o PSD dos corredores da Câmara, porque na altura votou em conformidade. Também pergunto: o que é que pensa o PSD sobre a não devolução, por parte da Câmara Municipal, de 1% da componente da variável do IRS, aos amarantinos? Não está preocupado com os Amarantinos? Numa altura em que quase todas as Câmaras o fazem, e dentro de dias serão publicados dados que o comprovam, Amarante, infelizmente, vai aparecer na lista daqueles que não o fazem. Não será certamente uma boa notícia, de que o PS não tem qualquer responsabilidade, porque inclusivamente apresentou uma proposta através dos seus Vereadores para esse fim. E repare senhor deputado António Araújo: o PS foi o responsável nessa altu-

ra, porque não quisemos fazer demagogia, dizendo que a Câmara tinha de devolver 5%, como faz a Câmara do Porto. Nós, só dissemos que a Câmara tinha de ter consciência e que esse processo tinha de ser gradual, porque a responsabilidade financeira sempre foi uma preocupação do PS. É por isso, que nesse aspeto não aceitamos lições do PSD. Foi assim que o PS se portou quando governou com seriedade, com rigor e olhos nos olhos com os Amarantinos. E é assim que o PS também estará na oposição, com a responsabilidade de um partido que quer voltar a governar, com a responsabilidade de um partido que denuncia aquilo que acha que é incorreto e com a responsabilidade de um partido que sabe que vai estar neste órgão executivo para apresentar propostas para ajudar a resolver problemas.

Senhor deputado António Araújo: quando o senhor Presidente da Câmara disse que a Câmara de Amarante, à data de hoje, não estava preparada para receber as delegações de competências, nós apoiamos essa decisão e não fizemos oposição nem fomos dizer para a rua que a Câmara de Amarante tinha de aceitar. Fomos responsáveis mais uma vez porque acreditamos na palavra do senhor Presidente da Câmara, que nos disse, que a Câmara de Amarante não estava preparada. Esta tem sido a nossa postura, a postura de uma oposição responsável. Pode querer deturpar esses dados, mas não o irá conseguir fazer.

Falou também das conferências de imprensa que o PSD em tempos promoveu. E se entendeu que as devia fazer na altura, bem o fez. Bem estiveram os Amarantinos quando deram a vitória ao PSD, porque em democracia nós respeitamos os resultados eleitorais. O PS ganhou muitas eleições em Amarante. Perdeu as duas últimas, mas certamente que ganhará as eleições no futuro. Mas, tenho a agradecer-lhe, senhor deputado António Araújo, porque focou um aspeto que poderá ser um bom ponto de partida para que o PS possa fazer uma conferência de imprensa, onde se venha a falar das transferências que esta Câmara faz para as Juntas de Freguesia. Agradeço a dica e certamente seremos acompanhados pelo PSD nessa tomada de posição”.

#### **ANTÓNIO ARAUJO – PSD**

No uso da palavra disse que agradecia as palavras do senhor deputado Hugo Carvalho, mas o PSD não precisa de lições vindas da parte dele. “O PSD falou bem alto em outubro de 2017. O PSD e o CDS, foram vozes que se ouviram em Amarante. Foi uma voz de mais seis mil votos.

O que é que o PS pensa quando sabe que está a entrar todos os dias nos bolsos dos Amarantinos com os aumentos exorbitantes da água? Era nisso que o senhor devia pensar em vez de falar no IMI e no IRS, porque até sabe que as famílias mais pobres não pagam IRS. Devia pois pensar, nos aumentos exorbitantes, fruto de uma decisão do PS, em que nós votámos contra em 6/6/2011, o que levou a que toda a gente esteja a sofrer na pele e que se manterá por muitos anos. O que pensa o PS disto? Pensa muito bem com certeza. O PSD também tem falado quanto ao IMI e quanto ao IRS. As votações que vêm aqui à Assembleia, como o senhor deputado bem sabe, são votações coordenadas nas comissões políticas como faz com certeza o PS. O senhor sabe bem qual é a nossa posição e não percebo muito bem qual é a sua dúvida. Só se o senhor vem levantar dúvidas e fazer perguntas para as quais já sabe as respostas. Isso não é política. Isso é politiquice”.

#### **ZITA PEREIRA – PSD**

No uso da palavra a senhora deputada disse o seguinte: “Não perdendo a oportunidade de tirar as minhas dúvidas relativas à conferência de imprensa, gostaria de obter algumas respostas pelo Partido Socialista nas questões:

- Em 24 anos de governação, quantas candidaturas aos fundos comunitários foram feitas e quantas foram aprovadas?
- Quantas vezes recorreram ao instrumento financeiro FEF e quais os montantes?
- Quantas avenças foram feitas por V. Exas?

- Quantas contratações foram feitas?

Pergunto ainda, nesta matéria, os concursos e avenças eram para os amigos e para as famílias, conhecidas por todos, como as típicas famílias da Câmara Municipal?

- Em que consiste a vossa classificação de projetos essenciais e projetos não essenciais, e como definem esta fronteira?

- Agora passemos do quadro mais geral para o detalhe. E este é, num período de seis mandatos, quase sempre com maioria, comparativamente com um período de um mandato e mais um ano, nesta proporção do friso cronológico, não acham pouco os projetos referidos?

Achei a conferência engraçada. Dois presidentes, o da concelhia e o da distrital, se calhar a agarrarem todas as oportunidades para o marketing político e naturalmente estavam bastante empolgados. Carecem desta motivação, provavelmente à espera de lugar noutras paragens, sempre a subir na oligarquia política.

Para enfatizar mais o interesse nacional na questão, como referiu o presidente da distrital, e de vital importância no acompanhamento nestas auto-promoções, perdeu a oportunidade de representação o líder do partido e a restante geringonça.

Sublinhe-se por fim, espero que as minhas questões tenham ido de encontro com as questões colocadas pela assistência na referida conferência, pareceu-me não ter conseguido ouvir nenhuma.

E é isto a política, espera-se considerar normal, mesmo banal e recomendável, que o presidente da concelhia e o presidente da distrital, se sentem à mesa na conferência de imprensa, numa política de velhos companheiros, com um mau disfarce de cumplicidades feitas no convívio pessoal e político. Pareceu-me mais um “estamos aqui à espera”.

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra o senhor deputado disse: “Infelizmente ainda há muita gente pobre que paga IRS. Ouvei o senhor deputado António Araújo falar da questão da água. Sempre que o PSD está sem argumentos, utiliza duas formas de pressão. Uma, é o marasmo em contraponto com – esta nova dinâmica – e depois a seguir fala nas águas. Senhor deputado António Araújo, se acha que o preço da água é caro em Amarante, apresente uma proposta para que se crie a tarifa social e se baixe o valor da água, e para que a Câmara financie a proposta da água, nós estaremos cá, com os Vereadores do PS para a analisar e para debatermos o que pode ser feito para irmos de encontro à sua preocupação. Em segundo lugar juntamos essa preocupação, com a preocupação do regulamento público para a recolha dos resíduos sólidos urbanos, para que não venha o PSD ser cúmplice do agravamento desse imposto. Esperamos que o PSD esteja para discutir esse assunto.

A senhora deputada Zita Pereira, que também trouxe uma intervenção escrita, como o fez o Dr. Araújo, embora eu ache que a do Dr. Araújo foi escrita por ele, disse e referiu, fazendo algumas alusões que eu também podia usar como defesa da honra. Quanto às funções que eu exerço, deixem-me dizer-lhes que tenho feito muitos esforços para que haja votações que melhorem a vida dos portugueses, nomeadamente o aumento do salário mínimo nacional. Querem corar de vergonha se eu lhes disser como votou a bancada do PSD na Assembleia da República? O PSD votou sempre contra o aumento do salário mínimo nacional.

Espero pelas explicações do senhor Presidente de Câmara, acerca da conferência de imprensa, para não gastar todo o meu tempo agora”.

#### **HELENA PORTELA – PSD**

A senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Há dias, após soar o alarme acionado pelo *socialismo amarantino*, o presidente da distrital do PSD, Alberto Machado, classificou como “tocar de ouvido” as declarações de Manuel Pizarro.

Ora, por sinal, se Manuel Pizarro é um mau tocador de ouvido, então de pautas não percebe mesmo nada. Nem um rancho folclórico, com o devido respeito, o iria querer a tocar ferrinhos...

Avaliar o todo pela parte, já todos o sabemos, dá asneira. E a asneira salta à vista: em Amarante, nestes últimos anos, sob a gestão de José Luís Gaspar e da Coligação Afirmar Amarante, eleitos estrandosamente pelos amarantinos, fez-se obra. Faz-se obra! E a obra paga-se, naturalmente! Ninguém imagina que as despesas não sejam para pagar – ao contrário de um senhor que dizia, cinicamente, que as dívidas não eram para pagar, eram para gerir. Há prazos a cumprir, há investimentos comparticipados para os quais é necessário ter capital disponível. Isto é básico. Todos o sabemos.

Falar em empréstimos para pagar salários, francamente, é de uma pobreza de argumentos que dá dó a quem ouve, a quem lê... Então, o que terá acontecido? Será que se deu o caso de pensarem “ora bem! Nós queremos chegar-lhes, mas não sabemos como, até porque os nossos, os de cá, têm responsabilidades no assunto, têm conhecimento de causa; fica mal, até para eles, dizer coisas destas... toda a gente vai perceber que é forçar uma aldrabice... Ah! É isso! Chamamos o Manuel!” E lá veio o Manuel à província, com os acólitos da propaganda, ver se salvava o *socialismo amarantino*.

Felizmente, o povo amarantino é sereno mas não é ignorante, nem estúpido!

A resposta do presidente da câmara, José Luís Gaspar, não se fez esperar e é clara como a água. Só não vê e não percebe quem não quer ou quem se sente mal por, em quase um quarto de século, ter feito tão *poucoquinho* por Amarante. Da próxima vez, chamem o António!”.

#### **VITOR BRIGA REI – PSD**

No uso da palavra disse ao senhor deputado Hugo Carvalho: “ ficava-lhe bem vir de novo à tribuna pedir desculpa à pessoa que acabou de insultar. Se não o fizer, será devidamente interpretado por quem o ouviu.

Quanto à questão que agora se discute, o PS acabou por dizer que há uns anos que não se fazia nada. Entretanto fez-se obra, mas dizem que os projetos são os do PS. Depois, as obras aparecem, mas dizem que a Câmara está endividada e que até já não tem dinheiro para pagar salários. Até parece que desconhecem como é que são as coisas. E, entretanto, ouve-se a senhora vereadora a dizer nessa conferência de imprensa que a câmara ou usa empréstimos, ou usa financiamentos europeus, porque não tem dinheiro para nada. Perante isto, eu queria que esclarecessem aqui se se deve ou não utilizar os fundos europeus para os investimentos, porque foi aquilo que a senhora vereadora disse e, por acaso, também gostava de a ouvir.

#### **ANTÓNIO ARAUJO – PSD**

Usou a palavra para dizer:” senhor deputado Hugo Carvalho deve ter algum problema com os corredores da Câmara. Eu não venho para aqui, de chapéu na mão, como vinham antigamente. Também não venho à Câmara porque nem sequer estou na Câmara. Apenas sou vice-presidente da comissão política. O senhor disse que eu não decido nada. Pode dizê-lo à vontade. Mas pode crer que eu decido. E o senhor sabe que eu decido e até nem estou aqui na Câmara. Portanto já é um PSD fora da Câmara. Nomeadamente eu e outros companheiros. E depois o senhor deputado faz aqui uma petição de princípio muito engraçada. Os senhores criaram o problema da água e agora nós é que temos de o resolver. Mas havemos de resolver. O senhor não respondeu porque também lhe está a entrar no bolso. O senhor sabe como é que têm sido os aumentos de ano para ano. Toda a gente se queixa, mas não respondeu acerca do que o PS pensa do aumento da água.

Quanto aos corredores da Câmara, quero dizer-lhe que antigamente se dizia que havia cá uma pessoa que secava tudo à volta. Não foi de certeza o PSD que secou as pessoas à volta”.

## HUGO CARVALHO - PS

No uso da palavra disse: "Eu há instantes disse que o PSD ia corar de vergonha por ter votado contra o aumento do salário mínimo. Agora, se calhar, vai também corar de vergonha por ter prestado aos Amarantinos esclarecimentos que não eram esclarecimentos nenhuns. Eu não vou falar das obras que o PS fez, também naquelas que o senhor Presidente fez, ou que devia ter concretizado, não vou falar nos projetos âncora que ainda não desenvolveu até agora, mas vou falar de questões objetivas. O senhor Presidente da Câmara referiu que, à data que fazia a conferência, a dívida do município era de 10,4 milhões de euros e que à data de hoje, a dívida do município era de 9,8 milhões de euros. Fui comparar os dados. Peguei no relatório de contas de 2012 que foi aprovado a 31 de Dezembro, dois meses antes da data que o senhor Presidente referiu. Fui buscar o de 2013, que aprovamos aqui. Fui buscar o de 2014 que também aprovamos aqui. E assim sucessivamente até 2017, o último aqui aprovado. Descobri que o senhor Presidente é muito hábil com os números. Compara de um lado os empréstimos de médio e longo prazo e do outro lado faz as comparações que muito bem entende. Segundo o relatório de contas de 2012 o endividamento líquido do município, e esse é o que interessa, não é nem de longe nem de perto aquele que o senhor Presidente diz. Mas, também vão ver nos documentos que receberam para esta assembleia, que na ficha da DGAL, no ponto do empréstimo, é mencionada a situação do município à data de hoje. Verificamos que afinal a dívida não é de 9,8 milhões, mas o que aqui nos é mostrado é que a dívida é de cerca de 14 milhões. Afinal, estes dados são bastante interessantes. Pegando nos valores dos relatórios de contas e se olharmos de forma séria para os números vemos a evolução da dívida. Não é só confirmar aquilo que são os empréstimos de média e longa duração, porque é preciso confirmar os ativos, os passivos e os saldos de caixa. O senhor Presidente da Câmara diz uma coisa muito interessante: que o limite da dívida para Amarante é de 37 milhões. E diz muito bem, porque segundo a legislação o limite de endividamento dos municípios é definido por 1,5 vezes a média das receitas diretas dos três últimos exercícios. Disse ainda que nem a 25% do endividamento estamos. Mais uma vez, hábil nos números e hábil nas palavras, o senhor Presidente não diz é que não pode utilizar essa parte da verba de endividamento, porque o que está em causa não é o endividamento, mas sim o limite de endividamento líquido que pode ser usado. A legislação estabelece a restrição de que utilizando uma diferença do valor da dívida no início do ano, mais uma taxa de crescimento de 20%, faz com que o limite da dívida em Amarante não seja de 37 milhões de euros, mas sim cerca de 18 milhões de euros. Afinal, segundo a ficha que é disponibilizada nos documentos, Amarante tem uma capacidade de endividamento para este ano de 4,46 milhões de euros. Estes dados, não os explicou o senhor Presidente. Devia também ter explicado que nos empréstimos que contraiu nem todos contam para este limite, porque este governo decidiu que para a execução dos fundos dos quadros comunitários e, diga-se aqui que o PS não é contra os empréstimo nem contra os quadros comunitários, nem contra operações de tesouraria para garantir liquidez. Somos é contra a utilização irracional para aquilo que são as prioridades, tendo em conta o investimento que deve ser realizado. Peço-lhe que esclareça e nos diga que dos empréstimos que solicitou, quantos e em que montante é que não estão a contar para o limite de endividamento.

Segundo aspeto: O senhor Presidente, nos documentos dos planos de investimentos que nos entregou, aquando o orçamento e dos documentos previsionais, falava dos empréstimos que iria contrair. Eram cerca de 12 milhões de euros. Atendendo a que a margem disponível para utilizar é de 4,46 milhões de euros, qual é a perspectiva que a Câmara tem de poder utilizar este investimento?"

### **ZITA PEREIRA - PSD**

Utilizando a figura de defesa da honra, a senhora deputada disse que relativamente à defesa da honra, apenas quer dizer que o senhor deputado desvalorizou a sua intervenção, para poder fugir às perguntas que ela lhe colocou. Percebeu a tática dele e quanto à defesa da honra – “até fico orgulhosa porque o senhor deputado já se lembrou do meu nome ao contrário da primeira intervenção”.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, perguntou ao senhor deputado Hugo Carvalho em que indicadores são que ele se baseou e afinal qual é o alarme?

### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra, disse que apenas queria fazer um requerimento à Mesa, para que, junto dos serviços, providenciasse a distribuição do ponto número 4 da reunião de Câmara, onde consta a justificação para o empréstimo porque assim ficaríamos todos esclarecidos com a proposta que o senhor Presidente da Câmara levou à reunião. Se não for possível paciência.

Usou de seguida a palavra o senhor deputado **FERNANDO MOURA E SILVA**, que com o intuito de esclarecer o pedido, disse que entendia que esse documento é do Executivo e que o senhor deputado Hugo Carvalho requer ao senhor Presidente da Mesa que distribua o documento da Câmara. Portanto, o documento não é subscrito pela bancada do PS e muito menos pelo senhor deputado Hugo Carvalho. O documento foi objeto de deliberação em reunião de Câmara e o senhor deputado admite que nem todos os presentes o tenham, e requer à Mesa que seja distribuído.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que não compete à Mesa fazer essa distribuição. A quem competia fazê-lo era à Câmara Municipal. A Mesa não o fará.

### **SARA MACHADO – CDS/PP**

No uso da palavra, a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “A última polémica criada pelo Partido Socialista de Amarante deixou o CDS perplexo, não com a informação divulgada, que se percebe sensacionalista, mas pela forma como o conteúdo falso da informação foi divulgado.

O Partido Socialista já na última campanha eleitoral tinha aberto um novo modo de fazer política em Amarante.

#### **O das Notícias Negras e Falsas!**

Na última campanha eleitoral o PS, de Amarante, mentiu dizendo, por exemplo, que “José Luís Gaspar começou o mandato (em 2013) com uma dívida inferior a 4.000.000 €” (Quatro Milhões de Euros), quando o Dr. Armindo Abreu tinha feito aprovar, por exemplo:

- Em Reunião de Assembleia Municipal de 26 de Fevereiro de 2010 um empréstimo de € 7.300,000.00 (sete milhões e trezentos mil euros), que ainda hoje está a ser pago,
- Em Reunião de Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2011, um empréstimo de €1 910,000,00 (um milhão novecentos e dez mil euros) e,
- Em Reunião de Assembleia Municipal de 29 de junho de 2013, um empréstimo de € 500,000.00 (quinhentos mil euros), este a poucos meses do PS perder as eleições.

Vir dizer que o executivo de José Luís Gaspar herdou do executivo PS quase 10 milhões de euros não é erro... é... má-fé.

E não nos venham falar da mentira que foi o negócio da “venda” das **Águas do Município às Águas do Norte**, que para além de prejudicar o Município, e os Municípios, não deixou qualquer receita.

O PS, de Amarante, ao contrário do que disse ontem, e diz hoje, não deixou “contas folgadas” deixou também, como é óbvio, dívidas para pagar!

Na verdade, e para que os Amarantinos saibam, o Partido Socialista de Amarante deixou uma dívida de **dez milhões, oitocentos e trinta e dois mil, duzentos e oitenta e cinco euros**, da qual já foi paga pelos Executivos do Dr. José Luís Gaspar, o montante de sete milhões cento e trinta e sete mil setecentos e sessenta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos.

Hoje, o Município de Amarante, tem uma dívida de **oito milhões, seiscentos e dezoito mil cento e noventa euros e setenta e cinco cêntimos**, construiu o Quartel da GNR, que muito nos orgulha, uma obra inaugurada por José Luís Gaspar;  
...Construiu o Complexo Termal, que muito nos orgulha, até porque executado e inaugurado por José Luís Gaspar;  
...E o Eixo Viário de Vila Meã, que para além da mobilidade criada, nos orgulha porque executado por um Executivo do qual o CDS faz parte.

Em síntese, o Partido Socialista, de Amarante, criou um boato para reforçar um pensamento, o de que o Município está em dificuldades financeiras, isto apesar do Executivo PSD/CDS ter pago dívidas contraídas no consulado do Dr. Armindo Abreu e aumentado o património.

Estimando-se hoje, o valor da dívida em montante inferior à herdada do Partido Socialista.

Não fosse a atitude do PS subavaliada como “baixa política” seria, porque ofendeu a dignidade ou o decoro dos Amarantinos, entendida como injuriosa.

É a forma do PS, de Amarante, estar na política, que não concebemos e que o CDS seguirá combatendo.

Por fim, dizer que o CDS se revê nesta forma de “Afirmar Amarante”, e no seu total compromisso com o projeto do Dr. José Luís Gaspar e do Executivo PSD/CDS-PP na Câmara Municipal.”

### **JOSÉ LUÍS GASPARG JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra começô por dizer: “Tive o cuidado de, em reunião de Câmara aquando da discussão da proposta, dizer aos senhores Vereadores o que é que estava a apresentar, porque é que eu fazia a antecipação dos fundos disponíveis, porque foi-me perguntado se era para pagar salários, ao que eu respondi cabalmente que não, até porque todos sabem que é uma impossibilidade estar a pedir empréstimos para pagar salários e portanto isso é uma não questão. Expliquei, obviamente, o que é que leva o Presidente da Câmara a apresentar essa proposta, porque nós, fruto de termos de avançar em 2019 com um sem número de investimentos obrigada obviamente a um planeamento financeiro rigoroso. Expliquei que quando fosse o contrato eu tinha de ter cabimentado as verbas. Expliquei, também, o porquê do empréstimo a curto prazo dizendo que seria para fazer face a alguns problemas de tesouraria e não para investimento, porque se assim fosse não seria para curto prazo. Por isso, também fiquei espantado, quando vejo pessoas com responsabilidades nacionais, surpreendidas. Perante esta explicação, fiquei obviamente surpreendido quando a comunicação social quis falar com o senhor Presidente da Câmara fruto de uma conferência de imprensa que foi feita sem saber o que é que tinha sido dito. Recebi os jornalistas e respondi àquilo que tinha de responder. Fiquei preocupado porque - a cara não batia com a careta – porque aquilo que eu tinha dito de manhã estava a ser replicado à tarde com questões que não faziam sentido.

Quando tive oportunidade de ouvir devo acrescentar que tive vários sentimentos. Fiquei envergonhado porque a classe política leva a que às vezes nós tenhamos vergonha, independentemente do partido que possam representar. Eu sabia que havia vários ataques à pessoa do senhor Presidente da Câmara e obviamente que iriam levantar preocupações internas no seio da família da Câmara Municipal de Amarante, porque dizer que o empréstimo de curto-prazo se destinava a pagar salários, ou que a antecipação de fundos disponíveis, mesmo que haja, como aqui o senhor deputado Hugo Carvalho quer fazer passar, e por isso até quis ler o ponto quatro, mas que foi

explicado o que é que se pretendia. Isto é mais uma ideia daquelas escolas de Lisboa para tentar toldar a vista às pessoas, mas não o vai conseguir, senhor deputado, porque o senhor está em Amarante e não em Lisboa, porque aqui comigo fala-se verdade. Por isso, eu senti-me na obrigação de esclarecer os Amarantinos e todos aqueles que ouviram a minha voz, dizendo-lhes que a dívida utilizada era de nove milhões e oitocentos mil euros, e que dentro de dias iríamos ter uma utilização da verba do Matias. Tive o cuidado de dizer isto. Não enganei nem menti aos Amarantinos, que é aquilo que o senhor deputado, fazendo uso da sua retórica quer passar dizendo que o senhor Presidente da Câmara não sabe o que diz. Mas ele sabe o que diz e até tinha avançado com um relatório a dizer doze milhões e cinquenta cinco mil euros. Eu tive o cuidado de dizer que a verba utilizada, à data, de nove milhões e oitocentos mil euros, mais o empréstimo utilizado que era suposto ser para aquisição de um património importante para o município de Amarante, que são as instalações do Matias. E, é aí, que dá os doze milhões de euros. Comparei, à data de Fevereiro de 2013, para explicar que volvidos estes anos nós até naquilo que é a utilização, estávamos abaixo, porque, efetivamente, estamos naquilo que é o empréstimo de médio e longo prazo. Já aqui discutimos muito o empréstimo de médio, longo e curto prazo. Eu falo sempre no de médio e longo prazo porque o de curto prazo, se hoje existe até podia deixar de existir. Isso é obviamente uma falácia e se nós temos os fundos para poder pagar, iremos pagar. Por isso, quando agora vem aqui para fazer uma *mise en scène* dando ideia que o senhor Presidente da Câmara anda a mentir aos Amarantinos, quero dizer-lhe que não anda. Por isso, é que eu utilizei um canal em que o senhor Presidente da Câmara tem o direito de usar para dizer aquilo que é e repondo a verdade naquilo que os senhores mentiram; não só aos Amarantinos mas a todos os portugueses. Quando eu digo que temos uma capacidade de trinta e sete milhões, é efetivamente verdade. Mas também é verdade que por ano só podemos utilizar 20% da disponibilidade que há, mas todos os anos os posso usar. Hoje temos este montante de dívida, mas podíamos ter muito mais, mas não é essa a questão. Tendo necessidade de utilizar, nós podemos fazê-lo até esse limite. Factos são factos. Falamos de trinta e sete milhões que é o limite até onde a Câmara Municipal se pode endividar. Todos sabem que há regras para que isto possa acontecer. Também sabem que eu não podia pedir um empréstimo para pagar salários. Essa também é uma regra. Também é verdade de que aquilo que lá disseram, que nunca a Câmara usou antecipação de fundos disponíveis. Eu senti-me na obrigação de repor a verdade porque é mentira o que disseram. Também fizeram antecipação de fundos disponíveis e a grande diferença é que o PSD não usa argumentos para denegrir a imagem de ninguém. O PSD, em 2013, a três meses das eleições realizadas a 29 de setembro, mais propriamente a 6 de junho de 2013, a Câmara apresentou uma proposta de antecipação de fundos disponíveis no montante de cerca de um milhão e duzentos mil euros, porque precisava deste instrumento de gestão que eu expliquei na reunião de Câmara para poder avançar com propostas para a execução de obras, que nós votámos favoravelmente. Na altura, não usámos o expediente de fazer uma conferência de imprensa e se calhar podíamos tê-lo feito, até porque estávamos em campanha eleitoral para poder dizer que estavam a hipotecar o dinheiro daquele que vai governar a seguir. Não foi feito isso e por isso é que somos diferentes, e por isso é que eu uso o canal legítimo enquanto Presidente da Câmara para responder aos Amarantinos. Não faço folhetins trimestrais em que apareço em todos os jornais a fazer propaganda política. Nunca o fiz, o que não quer dizer que não o venha a fazer porque se calhar vou ter de usar esse expediente como sugeriu o senhor deputado Araújo, porque se calhar é isso que é necessário fazer para chegar a todos os Amarantinos e dizer trimestralmente a verdade dos factos.

Vem também o senhor deputado falar do Porto, para dizer que apresentaram uma proposta para que fosse retirado 1% do IRS, e façam como no Porto, mas esqueceu-se de dizer que o Porto não tem o IMI a 0,3, uma Câmara que tem fontes de receita que nós não temos. Uma Câmara que certamente aproveitou os quadros comunitá-

rios na altura para poder fazer o seu Parque Escolar. Se calhar fizeram em tempo útil uma ARU, aliás, quando eu cheguei já tinham sete ARU's feitas. Nós fizemos quando eu cheguei. Aproveitaram os fundos todos, quando Amarante não aproveitou nada. Agora, nós temos de aproveitar tudo para poder efetivamente fazer aquilo que diz, ajudar as famílias. Perguntou-me o que é que eu penso das famílias. Eu digo-lhe que estou preocupado porque sei que é difícil encontrar aqui emprego. E sabem porque é que é difícil? Porque não foram criadas infraestruturas para podermos ser competitivos para vender o nosso território e por isso eu disse, aqui nesta casa, que ia implementar a derrama. Não o faço por questões ideológicas, até porque o meu partido foi contra. É por questões da necessidade de alavancar este território e o tornar mais competitivo, porque politicamente é o que deve ser feito. Temos de procurar criar infraestruturas capazes de dar felicidade às famílias, fazer com que as famílias não emigrem. Não é 1% do IRS que vai fazer com que as famílias cá fiquem. Vai ser seguramente ter aqui infraestruturas capazes de criar emprego para centenas de pessoas que possam cá ficar, não fraturando as famílias. É isso que vou procurar fazer.

Deixem-me dizer que não são os vossos comunicados nem as vossas conferências de imprensa, que tentando deturpar e toldar a vista aos Amarantinos, vão fazer com que eu mude. Os Amarantinos têm os olhos bem abertos e sabem quem está a lutar por eles. Sabem quem é que faz campanha positiva para que Amarante apareça sempre na primeira linha de notoriedade, porque ela merece lá estar. Também sabem quem é que a quer denegrir, fazendo com que saiam parangonas a dizer Amarante falida. É feio aquilo que vocês fizeram. É muito feio aquilo que os senhores estão a fazer. Por isso, eu espero que façam um ato de contrição e que ajudem Amarante, porque Amarante é de todos, Amarante é para todos. Tem de haver dignidade no ato político. Fiquei envergonhado enquanto político pela postura e pela atitude e do posicionamento do PS naquela conferência de imprensa. Amarante não merece políticos a enxovalhar o bom nome de uma Câmara que se preza de dizer que está num programa que foi sufragado pelos Amarantinos e por isso é que eu usei os canais que devia usar e fá-lo-ei sempre que alguém mentir a respeito daquilo que se está a fazer. Critiquem alguma orientação que eu possa estar a dar. Agora, não podem dizer inverdades relativamente àquilo que é”.

#### **HUGO CARVALHO – PS**

Usou de novo a palavra para dizer que o senhor Presidente da Câmara não respondeu a nada do que ele anteriormente lhe perguntou. “O senhor Presidente da Câmara disse que ficou envergonhado com o que ouviu na conferência de imprensa. Envergonhado fiquei eu agora com a sua prestação agora aqui. O senhor Presidente teve agora a oportunidade de deixar de faltar à verdade. Podia ter dito os dados corretos. É verdade que o capital de dívida em 2013 andava perto dos valores que mencionou, mas podia dizer que no mesmo relatório, na linha abaixo diz: total de endividamento líquido do município: 5,1 milhões de euros. Era este o valor que o senhor Presidente devia esclarecer aos Amarantinos. E também devia dizer à data de hoje qual é o valor da dívida. Relativamente à proposta e ao facto de acusar o PS de demagogia por ter falado no dinheiro para salários, a proposta que eu pedi ao senhor Presidente da Assembleia para facultar a todos os membros, diz isso. Eu não sei se o senhor Presidente lê o que assina. A proposta fundamentada não está, e diz: *“atendendo que se encontram registados compromissos cujo momento de liquidação ultrapassa o trimestre de referência para o cálculo dos fundos disponíveis, nomeadamente os vencimentos dos funcionários, afigura-se necessário antecipar oito milhões, cento e noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e nove euros.”* É esta a proposta e se tem erro devia vir acompanhada de um parecer técnico que lhe conferisse maior rigor.

## ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “O senhor deputado não tem, não disse em que indicadores se baseia para todo este alarme. O senhor Presidente da Câmara já falou muitas vezes em endividamento de médio e longo prazo e o senhor sabe disso. Faço-lhe também uma pergunta: houve alguma vez saldo negativo no governo do PS? Antes de ser proibido, havia ou não empolamento das receitas nos orçamentos do PS? Quanto é que era esse empolamento?”

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato ao período das intervenções do público, que se inscreveu para esse efeito. Inscreveu-se então a senhora **ELISA ANTUNES**, que fez as intervenções que a seguir se transcrevem na íntegra: “Em Dezembro do ano transato encerraram a Estação de CTT de Vila Meã.

Desde que esta empresa foi privatizada, já encerraram mais de 80 balcões em todo o país e as populações do Interior têm sido particularmente penalizadas.

E é preciso dizer que os CTT eram uma empresa pública lucrativa, que podia não ser perfeita, mas estava presente em todo o território a responder às necessidades da população.

Depois da sua privatização, feita pelo PSD/CDS, mas acordada também pelo PS e a União Europeia, erradamente, é hoje uma empresa que em vez de dar lucro ao Estado, dá menos serviço público ao país.

Os acionistas privados têm feito uma verdadeira sangria dos CGT, distribuíram em dividendos mais do que os lucros da empresa, ou seja, aquilo que foi construído com investimento público está hoje a ser destruído pela ganância dos acionistas privados.

– PERGUNTO: Quando é que o senhor Presidente da Câmara teve conhecimento deste encerramento?

– Porque é que nada foi feito? Foi apresentado nesta Assembleia pelos senhores deputados de Vila Meã algum voto de repúdio pelo encerramento da Estação dos CTT?”

Continuou a sua intervenção dizendo: “No seguimento de iniciativas legislativas como a aprovação no Parlamento de um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, foi já estabelecido, através do Decreto-Lei nº 147/2017 de 5 de dezembro, o regime de atribuição de tarifa social, incidindo sobre o fornecimento de serviço de abastecimento público de água e de saneamento.

A partir de março do ano transato, os consumidores economicamente vulneráveis podem ter direito a um desconto na água, caso os Municípios decidam pela atribuição da tarifa social, dado que a adesão ao referido regime é voluntária, sendo tomada por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Quando a prestação dos serviços de águas é assegurada por entidade distinta do Município, o financiamento da tarifa social é suportado por cada município «na exata medida da diferença que resultar do tarifário em vigor aplicável e o resultante da deliberação de adesão à tarifa social».

São abrangidos os consumidores que se encontram em situação de carência económica, em concreto os que recebam o Complemento Solidário para Idosos, o Rendimento Social de Inserção, o Subsídio Social de Desemprego, o Abono de Família, a Pensão Social de Invalidez, a Pensão Social de Velhice ou aqueles cujos agregados familiares tenham um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 euros, acrescido de 50% por cada elemento da família que não afigure qualquer rendimento.

Este Executivo ainda não apresentou a esta Assembleia a proposta de adesão ao regime da tarifa social, retirando aos Amarantinos a possibilidade de beneficiar desse regime.

Nenhum Grupo Municipal apresentou a esta Assembleia uma recomendação à Câmara Municipal para adesão ao regime da tarifa social que, a ser aprovada, beneficiará muitas famílias carenciadas deste concelho.

Atendendo a que: O Direito à Água e ao Saneamento foi considerado um Direito Humano, pela Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas nº A/RES/64/1292, adotada em 28 de julho de 2010; tal resolução reconhece o direito ao acesso a água potável e ao saneamento como um Direito Humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos, apelando a que os Estados aumentem os esforços com vista a assegurar a todos o acesso físico e economicamente comportável a água potável e saneamento;

– Os serviços de águas e resíduos são essenciais ao bem-estar geral dos cidadãos, à saúde pública, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Por isso, todos têm direito à utilização, à continuidade e qualidade desses serviços, devendo para tal assegurar-se a inexistência de barreiras económicas ao seu acesso por parte dos consumidores.

– Para quando a proposta da Câmara Municipal de adesão ao regime de tarifa social?

– Como vai V. Exa justificar esta negligência aos Amarantinos que poderiam beneficiar desta medida?”

Uma vez que mais ninguém se inscreveu para usar da palavra, foi a mesma dada à senhora Vereadora **LUCINDA FONSECA**, que começou por dizer: “em relação aos CTT, foi de facto aprovado por unanimidade na reunião de Câmara um voto de desagrado pela posição e pelo desrespeito institucional entre os CTT e a autarquia por não ter sido “tida nem achada” na decisão final.

Em relação à segunda questão, a da tarifa social, quero esclarecer que os Amarantinos têm neste momento a possibilidade de ter a tarifa social, como bem sabe que está devidamente contemplada no contrato de parceria com as Águas do Norte. Todas as famílias com carência económica que estejam abrangidas por aquelas normas que estão no contrato, têm essa possibilidade, que não é automática e carece de avaliação de enquadramento naquelas medidas. Perguntou também para quando? Não é uma obrigatoriedade. Essa questão foi em tempo devidamente esclarecida nesta Assembleia. A partir do momento em que os Amarantinos já têm a possibilidade de ter essa tarifa nos vários critérios que abrangem essa possibilidade, não nos parece que este seja o momento para a apresentar.”

Como não havia mais nenhum cidadão Amarantino inscrito para usar da palavra, passou-se então ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, iniciando-se assim a discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos.

## **PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra o senhor deputado começou por dizer: “Efetivamente vivemos num mundo de ilusão e mais uma vez o senhor Presidente da Câmara não respondeu a nada do que lhe foi perguntado no período de antes da ordem do dia, referindo alguns números que têm a ver com a questão da dívida. Por isso mesmo, para que não haja aqui dúvidas, porque o quadro que nos apresenta é bem diferente daquele que disse no famigerado vídeo, eu quero fazer um requerimento à Mesa. O requerimento deu então entrada na Mesa e foi lido pelo senhor Presidente da Mesa. O seu teor é o seguinte: *“ESCLARECIMENTO DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO E ATRASO NOS PAGAMENTOS A FORNECEDORES”* – No seguimento das declarações feitas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Amarante, no dia 21/02/2019 e que estão publicadas em vídeo no portal do município, e tendo em conta os documentos apresentados de suporte ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal, a propósito do montante em dívida por parte do município de Amarante, nomeadamente na página 14 do relatório de atividades, venho pelo presente requerer a V. Exa., de acordo com o artigo 29º do Regimento desta Assembleia Municipal, aprovado em 16 de

dezembro de 2017, que se digne diligenciar junto do senhor Presidente da Câmara Municipal, apurar e enviar ao grupo municipal do PS os seguintes dados:

---Um documento que esclareça o montante total da dívida do município de Amarante, incluindo a dívida que não conta para os limites de endividamento à data de 21/02/2019;

---Listagem de todas as faturas entradas nos serviços correspondentes a este mandato e até à data de 21/02/2019, e que estão a aguardar pagamento até à data de 21/02/2019, bem como o prazo do atraso deste pagamento por fatura”.

Lido o requerimento, retomou a palavra o senhor deputado, que na defesa do requerimento disse: “Ele tem a ver com a situação financeira do município, que no entender do PS não está muito famosa. Nesse sentido, tendo em conta que eu só sou deputado municipal desde 2017, é a este Executivo que eu tenho de pedir contas e fiscalizar. Esses dois dados são importantes para nós podermos perceber o porquê do aumento exponencial dos prazos de pagamento. Atendendo a isso, gostaria de saber, em formato digital, qual a fatura, o fornecedor e o prazo de pagamento. São então todas as faturas até à data de 21/02/2019, dia em que o senhor Presidente da Câmara proferiu aquelas declarações.”

Continuou a intervenção falando na questão da Derrama, dizendo: “Afim também ficou a saber que os valores provenientes da Derrama afinal não são para utilizar na construção de qualquer parque industrial, porque o que vimos foi que qualquer antecipação do FEF e a justificação do enquadramento para poder acompanhar esses montantes disponíveis, pensei que a Derrama era exatamente para fazer parques industriais.

Já que estamos em maré de comunicação social, trago duas notícias bem diferentes publicadas num jornal económico que dizem o seguinte: “Amarante investe um milhão de euros na zona industrial de Aboadela e cria 300 postos de trabalho”. Outra notícia diz o seguinte: “Novo interposto do LIDL em Santo Tirso fica pronto em 2020 e criará 200 empregos”. A grande diferença entre elas, é que a primeira é uma ilusão, a segunda é a realidade. Como o relatório de atividades traduz muitas vezes algumas ilusões, eu gostaria de ver esclarecida a questão financeira e saber também em que ponto de situação estão todos os projetos que vão sendo anunciados como taxativos.”

Terminou a intervenção perguntando se era verdade que a data das Festas de junho vai ser alterada, pelo facto de nessa mesma altura decorrer o rali de Portugal , com etapas em Amarante.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: “Felicito o senhor Presidente da Câmara pelo facto de ter transformado um relatório de meia dúzia de páginas em quase um livro. Não pode haver mais transparência nem mais dados dos que aqui estão. Senhor deputado, o senhor qualquer dia, relativamente a este ponto, vai-lhe acontecer como na história do Pedro e do lobo. De tanto criticar, vai haver uma altura em que poderão acontecer situações suscetíveis de críticas, não ter credibilidade para essa situação. Desta vez, ainda bem que não veio falar nas contas, porque o senhor viu que as despesas correntes eram inferiores às receitas correntes. Também viu que há disponibilidades financeiras para o endividamento a curto prazo. Também podia ver ter visto nas folhas 47 e 48, no que diz respeito às candidaturas, o senhor podia perceber que chegamos a uma altura em que é preciso fazer quase tudo e por termos de aproveitar quase tudo o que existe em candidaturas. Eu não sei qual é que vai ser o cenário de 2020 em diante. O senhor Presidente da Câmara quer fazer o máximo e por isso devíamos procurar uma plataforma de entendimento para se tentar fazer o máximo. Nessas duas páginas podem ver-se quais as candidaturas que estão aprovadas, as que estão submetidas e as que estão em elaboração. São tudo obras e investimentos necessários para a nossa terra, algumas das quais já deviam estar feitas há muitos anos. Se o Cine-teatro estivesse feito, já não era preciso fazê-lo. São cinco milhões de euros, sendo que metade

desta verba terá de ser da Câmara. Claro que tem de haver cuidado, mas se não as fizermos, será que vamos voltar a ter a oportunidade de as fazer? Quanto a indicadores falarei neles mais à frente.”

#### **FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP**

No uso da palavra disse: “Em relação ao relatório de atividades e da situação financeira não irei tecer grandes comentários porque a sua análise e interpretação é fácil e objetiva. Em relação aos números que os primeiros quadros nos mostram, quero dar dois ou três breves apontamentos. O documento que o senhor deputado do PS pretendia que fosse aqui distribuído, embora se saiba que quem o elaborou não pretendeu esconder números, ele não é diferente de um outro já utilizado há uns anos atrás pelo Executivo do PS na altura, com texto igual para uma deliberação igual. Vou ler o documento da altura, embora ele sendo igual ao de agora. O documento de que falo, foi votado em 4 de junho de 2013, e a Câmara deliberou autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis mediante a antecipação da receita própria no montante de um milhão duzentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e seis euros e vinte e um centimos, nos termos do parecer técnico do chefe da DAG. Porque é que a Câmara utilizou nesta altura este argumento? Utilizou-o porque é possível ser utilizado, uma vez que é um argumento tecnicamente válido. O que está aqui em causa, não é a falta de liquidez para suprir insuficiências no momento. Não podemos confundir questões económicas com questões financeiras. Questões económicas são os resultados operacionais. Questões financeiras têm a ver com o facto de termos ou não termos dinheiro na ocasião para fazer face à despesa ou para autorização da despesa. No caso concreto e antecipando a questão no tempo, o PS na ocasião recorreu mais do que uma vez a este instrumento, com uma diferença que é o facto da obrigatoriedade da baliza temporária para salvaguardar despesa para a receita que vai ser arrecadada em tempo já previsto, não era obrigatório. Só o é nestes últimos anos. É por isso que o PS em 2013 teve de recorrer a este expediente. O município recorria a um expediente legal, porque tinha condições para fazer investimentos, sabendo que para isso tinha fundos comunitários aprovados, mas que desde já era preciso conforto contabilístico para que o recurso à despesa fosse possível. Não é necessitar de liquidez no momento e não a ter. Está condicionado na utilização da despesa se ela não estiver prevista para além dos seis meses. A despesa no curto prazo dos seis meses já estava toda considerada e o que o senhor Presidente da Câmara pediu foi que o deixassem antecipar a receita, receita extraordinária que vai ser do segundo semestre, e eventualmente também um crédito de curto prazo para fazer face às despesas correntes, porque os créditos de curto prazo para as despesas correntes têm de ser liquidados no ano do exercício corrente porque não podem transitar para o ano seguinte. O que eu quero saber é se este crédito de curto prazo é para as despesas correntes elegíveis no âmbito dos contratos e dos créditos que o Executivo vai ter e que já estão aprovados no programa Portugal 2020, ou se é, para que de alguma forma possam ter algum conforto financeiro para poder avançar já com essas obras?”

#### **TORCATO FERREIRA – PS**

No uso da palavra, o senhor deputado disse: “Após análise do plano de atividades e de investimento da câmara, vi que não consta, quer em execução, quer em previsão, quer em planeamento, algumas obras que considerava estruturais e que foram objeto de compromisso do senhor Presidente da Câmara para a freguesia de Vila Meã. Começo pelo Pavilhão Desportivo de Vila Meã e pergunto se se mantém o compromisso político para o fazer. Em caso de resposta afirmativa, pergunto para quando e qual o montante financeiro adjacente para a executar.”

Referiu de seguida o quartel da GNR de Vila Meã, dizendo: “Todos sabemos que o projeto está feito, estando, segundo palavras do senhor Presidente, à espera de disponibilidade financeira para avançar. Atendendo ao volume de investimentos que

estão planeados, pergunto se se mantém a mesma vontade política para executar essa obra e para a qual gostava de saber para quando e qual o montante financeiro adjacente para a executar.”

Colocou uma terceira questão que se prendia com o compromisso da ligação do lugar de Arrabalde em Oliveira para Ataíde e ainda a construção do Parque de estacionamento junto à estação de caminhos-de-ferro em Vila Meã, uma vez que as obras de electrificação estão praticamente concluídas.

#### **ANTÓNIO ARAUJO – PSD**

Usou de novo a palavra para dizer: “Gostei da intervenção do orador anterior, porque é assim que se faz política com perguntas concretas, assertivas e de forma séria e rigorosa. Contudo, não resisto a fazer aqui uma observação que é: *“Dia 11 de setembro vote Partido Socialista, 2009”*, isto no programa eleitoral do PS, onde podia ler-se: *o pavilhão gimnodesportivo da EB2 de Telões dará resposta à prática da competição e de lazer. O Gimnodesportivo de Vila Meã concluirá a oferta de equipamentos públicos essenciais. Com a construção destes quatro equipamentos fecha-se o ciclo da necessidade dos investimentos dos mais volumosos do concelho por muitos anos*”. Isto para dizer que a necessidade de investimento se concentrou, porque nos mandatos anteriores apenas se dizia que se ia fazer. Por isso é que agora estamos com este volume de investimentos a ver se se consegue fazer o que não se fez. Esperemos que se consiga”.

#### **ALÍPIO TEIXEIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE LOUREDO**

Usou da palavra para dizer que no cemitério da sua freguesia foi vendida e ocupada no passado sábado a última sepultura. Não existe neste momento nenhuma disponível e por isso pede ao senhor Presidente que no mais curto espaço de tempo promova o alargamento do cemitério, obra extremamente necessária neste momento.

#### **JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse: “Relativamente às questões e ao requerimento que o senhor deputado Cândido Zoio acabou de apresentar, deixe-me dizer-lhe que tem resposta no relatório de atividades a muitas das questões que colocou. Em primeiro lugar, a dívida de médio e longo prazo que conta para o endividamento está lá e são os doze milhões, tendo em conta aquilo que já foi usado e o que irá ser usado dentro dos próximos dias. A de curto prazo também está lá e por isso o senhor deputado não precisa de nenhuma listagem. Até lhas possa vir a dar, salvaguardando a proteção de dados. Irei colocar a questão a quem de direito para depois lhe poder dar uma resposta mais assertiva relativamente a isso. A dívida está lá. O senhor deputado é que desta vez não leu com atenção.

Relativamente àquilo que conta ou não para o endividamento, quero dizer-vos que até agora, tudo o que está utilizado conta para endividamento. Mas os senhores também sabem que haverá alguns empréstimos que não irão contar para endividamento porque ainda não estão utilizados. O que importa é depois referir tudo: o que conta e o que não conta. Mesmo não contando para endividamento, não quer dizer que a dívida não exista. Deve haver transparência. Só que neste momento não há nenhum dos montantes que esteja aqui que tenha sido utilizado nomeadamente as verbas do IFR-RU, que provavelmente é disso que estão a falar, mas só depois de validado pelo Tribunal de Contas é que ele poderá contar, porque só depois disso é que pode ser utilizado e outro que tem a ver com o BEI. Eu também aqui disse que mesmo não contando para o limite de endividamento, para mim é dívida que a Câmara tem. Têm as respostas todas e penso que relativamente a esta matéria, o requerimento era dispensável. Relativamente ao empréstimo de curto prazo, quero dizer-lhes que será para fazer face a despesas correntes.

Relativamente à intervenção do Dr. Torcato quero dizer-lhe que isto é o relatório de atividades destes dois meses e não plano onde são apresentadas todas as obras que irão ocorrer. Há muita coisa que é preciso fazer. Há muito investimento a fazer em Vila Meã e fora de Vila Meã, que iremos fazer. Relativamente às obras que citou, eu sei que a pessoa a quem eu deleguei competências para ir articulando com as Juntas de Freguesias, o engenheiro Estefânio, numa das últimas reuniões que teve com a Junta de Freguesia, já foi colocando aqui algumas das estratégias que iremos seguir. Há aqui questões que me foram colocadas, se calhar porque eu também falei nelas, mas que eu achava muito interessante que também por parte das Juntas de Freguesia, por parte de pessoas que nos possam representar em Lisboa, que houvesse pressão, embora a Câmara a vá fazer, para que haja empenho do Governo da nação para executar aquilo que é da sua responsabilidade. Eu lembro, por exemplo, a questão do estacionamento da estação de Vila Meã. Esse é um compromisso do Governo que quer investir tantos milhões na ferrovia, mas esquece-se que é preciso criar condições para que as pessoas possam aceder à estação e possam lá deixar os carros. Sabemos todos que não se veem investimentos na estação. Há aqui questões da responsabilidade da esfera do governo e não do município. Contudo, o município é sensível a este argumento e sabe que se não fizer nada, a estação de Vila Meã vai ser para ver os comboios passar. Por isso é que eu pedi ao IP para protocolar com a Câmara e permitir que a Câmara, provisoriamente, possa criar ali estacionamento, fazendo obviamente um investimento o mais reduzido possível, tendo em conta que o governo fará um dia aquilo que lhe compete. Já tenho a minuta do protocolo, para depois poder dar seguimento a isso. Quanto vai custar não sei, mas iremos avançar com esse investimento. Espero gastar o mínimo possível, mas fazer uma obra que minimamente permita que qualquer Amarantino possa lá deixar o carro.

Relativamente ao quartel da GNR, entendo que devemos fazer este financiamento o quanto antes. Como aqui referiu, o projeto está feito. A obra andará à volta dos quatrocentos mil euros e estou a ver qual a melhor forma de financiamento. Pensei que no âmbito da eficiência energética tinha tudo pronto para o poder fazer aproveitando o valor dessa candidatura. Ainda que fosse um valor residual, ia permitir que candidatas-se o resto através da linha BEI, que tem uma taxa reduzida. Mas isso não foi possível porque o cálculo que tinha sido feito, com base na energia primária não era suficiente para fazer baixar o custo. Logo que seja encontrada a melhor forma de financiamento para este equipamento, poderei, a partir daí, falar em prazos. Neste momento não tenho como o fazer.

Relativamente à questão de Oliveira e Ataíde, antes de fazer esta obra, quero dizer-lhe que tenho outras obras para avançar, nomeadamente a fase dois do Eixo Central de Vila Meã, ultimar o plano de urbanização de Vila Meã e aí também fica definido qual é a solução para esta via, que não será feita neste mandato. Espero vir a ter condições para poder definir qual o espaço canal, eventualmente começar a fazer algumas aquisições entre o Eixo Central de Vila Meã e o espaço da Feira, que julgo ser prioritário para depois fazer o resto do acesso. Não quero com isto dizer que não haja melhorias a fazer na existente, nomeadamente numas curvas ali existentes que terão de ter uma atenção especial para se evitarem alguns acidentes.

Quanto ao pavilhão, também não lhe sei dizer qual é o montante, até porque os serviços ainda não me apresentaram o projeto final. Estão a definir qual o conceito que vai lá ser colocado. Nós já definimos o espaço que vai ser utilizado para o pavilhão municipal. Acredito que o valor ande à volta de um milhão de euros. Terá todos os critérios necessários para as boas práticas desportivas. Gostaria de poder lançar esta obra neste mandato, porque é mais uma das tais que tem décadas de promessas. A nossa vontade é materializar projetos, aproveitar os financiamentos mais vantajosos para o município e obviamente honrar compromissos que todos nós temos vindo a prometer, uns há mais anos, outros há menos.

Relativamente às festas do junho, quero dizer que não faz sentido mudar uma data secular. Nunca faria semelhante proposta. Mais rapidamente diria que não passa o rali em Amarante do que mudar as nossas festas populares.

Quanto ao cemitério de Louredo, sei que o projeto está a ser feito e tudo faremos para que este problema, este sim prioritário, seja resolvido rapidamente.”

### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse que fez uma leitura atenta ao relatório, mas efetivamente esqueceu-se de dizer que o estado transferiu em período homólogo mais 25% correspondente a 308.000 euros. “Portanto, deviam estar agradecidos ao PS porque têm sido aumentadas as transferências”. Disse que fez o requerimento à Mesa, porque viu o vídeo e no vídeo o senhor Presidente disse: “factos são factos”. Esqueceu-se de dizer que a dívida era de 10,5 milhões e não de 9,8 milhões, mas atendendo ao relatório vê-se que a dívida atinge os 14.497,715 milhões de euros. Portanto, se factos são factos, o requerimento servirá para pedir esclarecimentos acerca desses factos.

### **JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente disse: “Podemos estar aqui toda a noite. Eu volto a dizer-lhe que me refiro a médio e longo prazo. E quando disse 10,5 milhões em fevereiro de 2013, é porque o são. Quando eu digo que em fevereiro de 2019, tínhamos 9,8 milhões, mais a questão do Matias que será usada mais à frente. Mas aquilo que é a dívida efetiva, aquilo que eu gastei, são os 9,8 milhões, que juntando o Matias dá os 12.000.000 milhões de euros. Foi isso que eu disse. O senhor quer meter tudo no mesmo saco.

Em nota de rodapé, quero dizer ao senhor deputado Moura e Silva que o empréstimo de curto prazo poderá não acontecer. Como sabe, havia dois momentos em que para as Câmaras a receita era muito importante, que era a receita do IMI, com dois períodos; um em maio, outro em novembro. A receita do IMI em maio era muito importante porque em junho é quando as Câmaras têm o maior fluxo de pagamentos. Entretanto houve mudanças e agora há três pagamentos. O pagamento que era feito em maio, agora vai ser em junho. Tenho alguma apreensão relativamente a este novo prazo, mas como temos uma almofada financeira, provavelmente iremos suprir essa lacuna”.

### **PONTO Nº 2 – DESIGNAÇÃO DE UM CONJUNTO DE CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE ATÉ AO MÁXIMO DE VINTE PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA (ARTIGO 5º, ALÍNEA J) DA LEI 33/98 DE 18/07/1998)**

Relativamente a este ponto deu entrada na Mesa uma proposta, assinada pelos líderes dos partidos com assento na Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve: “Relativamente ao ponto nº 2 da Ordem de Trabalhos, os grupos municipais do PSD, do PS, do CDS-PP e do Grupo de Cidadãos Eleitores Juntos por Ansiães – JPA- propõem a designação dos seguintes cidadãos para integrar o Conselho Municipal de Segurança.

Designados pelo PSD: Luís Rua Van Zeller de Macedo, Joaquim da Silva Torres, Mário Pinheiro Pinto da Costa e António Aurélio Patrício.

Designados pelo PS: Casimiro Rodrigo Monteiro Oliveira, José Manuel Lemos e Pedro Manuel Pinto Ribeiro.

Designados pelo CDS-PP: José da Rocha Loureiro.

Designado pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Juntos por Ansiães – JPA- /Independentes: Norberto Brás Gonçalves.

Depois de feita a leitura da proposta, como ninguém se inscreveu para usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia pô-la à votação, tendo a mesma sido

aprovada por **UNANIMIDADE**. Foi também votada em minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

**PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL PARA INTEGRAÇÃO NA REDE VIÁRIA MUNICIPAL DO TROÇO DA EN210 ENTRE O KM 44+350 E O KM 45+020**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

**ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que se trata daquele troço de estrada logo após a saída da auto-estrada para o Marco de Canavezes, zona onde há a necessidade de fazer uma rotunda. Votam a favor.

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu, a proposta foi de imediato posta à votação. Apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi também votada em minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos. De referir que estavam presentes na sala 43 deputados.

**PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PRONÚNCIA SOBRE A ACEITAÇÃO OU NÃO ACEITAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS COMPETÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

**CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse que a sua bancada votará favoravelmente, mantendo os comentários que fizemos na Assembleia anterior e partindo do princípio que em junho assumiremos as competências que o Governo quer transferir para as autarquias.

**ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que o seu partido votará favoravelmente, mantendo também o que foi dito na reunião anterior, embora lhe pareça que está tudo a ser feito à pressa. Era bom que neste momento já se conhecesse o envelope financeiro que acompanhará a transferência de competências.

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu, a proposta foi de imediato posta à votação. Apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi também votada em minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos. De referir que estavam presentes na sala 44 deputados.

**PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2019**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

**CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra, o senhor deputado fez uma interpelação à Mesa, de modo a solicitar que o ponto que agora se vai discutir possa ser feito em conjunto com o ponto número 6, uma vez que os assuntos versados se interligam.

O senhor Presidente da Mesa pôs esta interpelação à consideração da Assembleia, que obteve a anuência de todos. Assim, a discussão dos pontos números 5 e 6 seria feita em simultâneo.

**HUGO CARVALHO PS**

No uso da palavra disse: "O PS votará contra este empréstimo à semelhança daquilo que já fez na reunião de Câmara. O nosso sentido de voto deve-se ao facto da justificação dada pelo senhor Presidente da Câmara não os ter convencido. Não os convenceu quando diz que este dinheiro é necessário para pôr em andamento muitas das candidaturas que tem em curso. Esse argumento cai por terra porque muitas das candidaturas de que falou, já estavam asseguradas por financiamento. Estamos a ser redundantes naquilo que é o investimento. Todos os projetos de que falou, sem exceção, têm vindo aqui para solicitar empréstimo e nenhum tem sido negado, até porque o senhor Presidente tem maioria nesta Assembleia. Aliás, já fizemos um empréstimo para o arranjo urbanístico do jardim Baden Powell no valor de 141.000 euros. Fizemos um empréstimo de média e longa duração para essas obras. Para o PS não se justifica que nesta altura o município justifique obras já asseguradas com financiamento com novo pedido de empréstimo de curto prazo.

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: "Isto é um instrumento de gestão. É uma forma de gestão tão corrente, que a maioria das Assembleias Municipais votam logo de uma vez a possibilidade da Câmara poder efetuar empréstimos a curto prazo. Na CIM fazemos isso e na maior parte das Assembleias Municipais também se faz, o que permite que as Câmaras contratem todos os empréstimos que entendam ser necessários. É claro que eles têm de ser amortizados no fim do ano económico. Estamos a falar num valor até um milhão e quinhentos mil euros. Não percebo qual é o alarme. Fiz-lhe a pergunta sobre os indicadores em que se baseou, mas o senhor deputado, como é evidente não ma deu. Todos nós nos preocupamos com as contas. Mas como alguém dizia aqui: contas são contas. Ou estão certas ou estão erradas", como dizia o Dr. Armindo Abreu. Como tudo, isto é muito rigoroso, todos sabemos que há indicadores financeiros para aferir a situação dos municípios. Hoje, ao contrário do que acontecia antes, quando se faziam os orçamentos empolavam-se, com a inclusão de verbas de vendas de terrenos e imóveis, os chamados bens de investimento. Dessa forma nunca havia deficit porque essa receita nunca era feita. Dessa forma nunca havia problema com as receitas. Nunca havia problemas contabilísticos para as Câmaras. A mesma ficha que a DGAL referiu, nem sequer fala em Amarante. Não vejo nenhuma situação de saneamento financeiro para Amarante. Estes indicadores são trimestrais e como sabe, o controle é muito apertado. Então, afinal, quais são os seus indicadores? É o limite da dívida? Já vimos que não é, porque temos capacidade de endividamento. Também já vimos que não há problemas em termos de saneamento financeiro. Também já vimos que não há qualquer problema com o princípio do equilíbrio orçamental. As receitas correntes são superiores às despesas correntes mais as amortizações, portanto cumpre o princípio legal do equilíbrio financeiro. Se me tivesse vindo falar de indicadores que mostrassem que Amarante não estava a cumprir, aí sim tínhamos de ficar preocupados. Face à dívida, face aos indicadores de base financeiros, Amarante está bem e se compararmos com outros municípios vizinhos, está muito bem. Sabe qual é a dívida a curto prazo dos municípios aqui à volta? Deve saber com certeza".

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra, começou por dizer que sabe muito bem qual é a realidade dos municípios aqui à volta e também sabe muito bem porque é que Amarante não tem uma cruz na ficha da DGAL. Não tem, porque teve durante vinte e quatro anos uma governação responsável, numa altura em que todos os municípios aqui à volta estavam a endividar-se sucessivamente. Amarante nunca lá chegou. É por isso que hoje, quando as restrições impostas pela legislação obrigam a mais rigor, não se vê Amarante a beneficiar de nenhum plano de assistência financeira. Mas o mesmo não pode dizer dos municípios que o PS liderou pela primeira vez em 2013 e em 2017. É o caso de Paredes e Paços de Ferreira. Mas, até parece que a Câmara de Amarante até gosta

bem dos exemplos desses municípios. Falou também do empolamento da receita, que era uma prática de todos os municípios. Todos colocavam que a venda dos terrenos iria dar mais uns milhões de receita. Todos sabemos que era assim e por isso não adianta estarmos aqui a negar. Mas, senhor Dr. António Araújo, o senhor não quer usar a mesma coerência para dizer quanto é que a Câmara Municipal, nas revisões orçamentais do último ano, quantos milhões cortou ao orçamento. Veja lá se lhe chegam cinco milhões. Parece-me que a gestão que a Câmara de Amarante faz é em função dos financiamentos comunitários. Não interessa que haja um investimento para lá; faz-se por fazer. Faz lembrar quando na escola primária jogávamos à bola em que a bola ia para um lado e então íamos todos a correr para esse mesmo sítio e no fim nunca havia estratégia. É nisto que o PS mais acusa a autarquia. Não há problema nenhum em a autarquia contrair empréstimos para fazer investimentos estruturantes para o concelho. O que é grave, é que os investimentos que a autarquia quer fazer para o município, muitas vezes não são prioritários, e não estão a ser priorizados num ritmo tal que permita a sua execução. Essa é que é a grande questão. Então, se há tanto equilíbrio financeiro como diz, porque é que a Câmara está aqui a solicitar um milhão e meio de adiantamento no empréstimo de curto prazo?

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra perguntou ao senhor deputado Hugo Carvalho se ele confirmava ou não que haja alarme financeiro na Câmara. De acordo com a DGAL, não há alarme financeiro na Câmara de Amarante. Perguntei-lhe também se confirmava se no tempo da governação do PS em Amarante havia ou não saldos negativos. Deve-se falar no passado quando a herança é pesada. O Solar dos Magalhães já devia estar feito ou não? O Bairro Cancela de Abreu já devia estar feito ou não? E o Cine-teatro? As termas há trinta anos. O eixo central de Vila Meã há trinta anos. A estrada de Fregim idem. A Avenida Alexandre Herculano idem. Quando não se investe, vai ter de se investir no futuro. Se tivessem feito isto, não estávamos aqui a criticá-los.

#### **CARLOS ALBERTO MIRANDA – PSD**

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Entendo que é competência e dever absoluto desta Assembleia apreciar a situação financeira do município com rigor, honestidade e seriedade.

Assim, resulta da análise do relatório que o endividamento a médio e longo prazo tem o valor de 12.081.489,00 euros, que a dívida de curto prazo ascende a 2.416.226,00 euros, pelo que, o valor total da dívida é 14.497.715,00 euros. Ou seja, muito longe do limite legal de endividamento do Município que é de 36.937.038,00 euros.

Tendo em atenção estes números, não é possível afirmar ou concluir que a câmara está falida como é alegado pelo Partido Socialista de Amarante.

Se a situação financeira descrita pelo PS fosse real e justificada com números concretos, eu seria o primeiro a manifestar-me e a criticar a Câmara, porque o equilíbrio das contas públicas é um pressuposto primordial de qualquer gestão pública eficiente.

Senhoras e Senhores deputados, perante estes dados inequívocos que acabei de mencionar, parece-me ser de elementar bom senso discutir os investimentos a realizar, nomeadamente, as áreas de acolhimento empresarial, o Cineteatro, o Solar dos Magalhães, o Bairro Cancela de Abreu, etc.

Essa é a grande questão política que temos de debater. Quais são os investimentos essenciais (?), quais os que podem ser adiados (?) e, por último, se estamos disponíveis para aumentar a dívida da Câmara para financiar esses investimentos (?).

O senhor Presidente da Câmara Municipal tem pugnado pela necessidade inequívoca de realizar estes investimentos.

No entanto, o Partido Socialista ainda não deixou claro o que pretende nesta matéria e se tem alternativas para apresentar.

E, com frontalidade pergunto ao Partido Socialista se é contra estes investimentos?

Senhoras e senhores deputados, o PS tem todo o direito de discordar do caminho definido pelo Sr. Presidente da Câmara, mas tem a obrigação ética e política de agir com coerência e, isso significa, dizer aqui e agora, quais os investimentos que devem ser adiados ou mesmo cancelados.

Se o PS entende que neste momento a Câmara está em péssima situação financeira, terá certamente que defender, em coerência, o cancelamento destes investimentos, pois a realização dos mesmos irá acarretar um aumento substancial da despesa pública.

Temos de ser claros e falar verdade aos amarantinos e, isso significa assumir que estes investimentos tornam inevitável o aumento da dívida da Câmara.

Pela minha parte, entendo que temos que ser criteriosos nos investimentos, sendo que qualquer aumento de dívida tem que estar suportado por uma sólida análise custo-benefício e não pode implicar aumento de impostos.

Só devemos realizar aqueles investimentos que sejam essenciais para a nossa terra, que apresentem retorno claro, que melhorem a qualidade de vida dos amarantinos e que criem condições para que a iniciativa privada possa prosperar e criar emprego.

Assim, gostaria que fosse realizado um amplo debate para todos se pronunciarem se devemos aumentar o endividamento da Câmara a médio e longo prazo para realizar estes investimentos.

Senhoras e senhores deputados, Amarante irá enfrentar múltiplos desafios nos próximos anos, sendo que caberá aos cidadãos, às empresas e às associações da nossa terra elevar o nível de exigência perante quem nos representa na oposição e no governo da autarquia e avaliar a capacidade de cada um dos agentes políticos para colocarem o superior interesse do povo amarantino acima de tricas partidárias.

Todos devemos fazer escolhas, dizer o que queremos fazer e tomar as decisões certas para afirmar Amarante”.

### **JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara disse que relativamente ao assunto que está em discussão, a Câmara simplesmente está a usar um instrumento financeiro que está à disposição do Município para poder durante o ano em curso, utilizar e fazer uma melhor gestão da Câmara, sendo que em 31 de dezembro ele tem de estar saldado. Por isso, não conta depois para o limite de endividamento, nem sequer tem de ir ao Tribunal de Contas.

Quando cá chegámos a dívida era efetivamente de dez milhões. Mas este valor não era uma grande dívida, porque para uma Câmara não o é. Nunca ninguém nos ouviu dizer que era preocupante, como agora ouvimos os senhores do PS dizer que isto é terrível porque tem uma dívida de doze milhões, uma dívida de médio e longo prazo, que é aquilo que no passado também existia. Também é importante que fiquem a saber que desse valor já amortizamos sete milhões cento e trinta mil euros. Daquilo que herdamos está ainda por amortizar três milhões seiscentos e noventa e quatro euros. É também curioso que digam que foram pedidos cento e quarenta mil euros para fazer uma rotunda que dá muito jeito aos amarantinos. Hoje pedi para desagregarem as contas dos empréstimos do passado. Em tempo, quando foi pedido um empréstimo para obras nas Juntas de Freguesia, pedido esse que o PS vetou, alegando que se estava a pedir dinheiro para fazer pequenas obras. Então, olhando para os valores em separado comecei a ver valores de catorze mil e duzentos euros, sete mil seiscentos e cinquenta e seis euros, etc. Há muitos outros valores. Eu vou fornecer esta listagem a quem a quiser. Fiquei espantado quando vi isto e se não fosse a intervenção do senhor deputado Hugo eu não iria falar nisto, mas não resisti em partilhar convosco a surpresa que tive hoje quando mandei desagregar as contas e vi que até sete mil

euros, pediram. A saúde financeira era tão boa que para fazerem um pequeno investimento de sete mil euros tiveram de recorrer ao empréstimo.

Tenho hoje um grande orgulho em dizer que a nossa Câmara é das mais equilibradas do país e que não anda atrás das candidaturas, faz projetos e só depois vê onde pode ir buscar financiamentos. Nós sabemos o caminho que queremos trilhar. Nós sabemos aquilo que queremos para Amarante. Nós temos um projeto para Amarante e temos vontade de pôr Amarante no mapa e por isso, é que desenvolvemos dezenas de projetos. Por isso, é que nós avaliamos as estruturas. Por isso, é que nós avaliamos os edifícios. Por isso, é que nós avaliamos os equipamentos. Por isso, é que nós contratamos gente profissional para nos ajudar e desse modo termos as melhores soluções. Mesmo assim criticam. Criticam por uma razão muito simples; porque no passado não faziam, porque no passado não tinham ideias, porque no passado tinham uma gestão casuística, porque no passado nem sequer iam atrás daquilo que era importante para o Município. Por isso, é que agora veem para aqui confundir tudo e fazer crer que têm razão. Por mais que falem, nunca vos será dada razão. A razão temo-la nós com factos e tê-la-emos no final do mandato com a apresentação das contas que vão continuar a ser equilibradas e vão ser com obra feita. Os ditos cinco milhões de correção são efetivamente verdade porque atrasamos na execução dos projetos, mas, o senhor deputado sabe que estão aprovados. Sabem que no POSUR e no PARU, foram aprovados. Portanto são obras que vão ser executadas. Os senhores não sabem porque nunca passaram por isso, porque não faziam. Quando se faz investimento no centro da cidade, no património, ou junto ao rio, a complexidade para aprovar é muita, porque são muitas as entidades a quem temos de pedir pareceres. Vocês sabem que temos as candidaturas aprovadas. Sabem que as vamos executar. Pena é que não tivessem já arrancado e, por isso, é que tivemos de desorçamentar e voltar a orçamentar. Isto, mais uma vez tem a ver com gestão e com procedimentos administrativos. Isto não quer dizer que passámos uma esponja e que estivemos a empolar sem saber o que estávamos a fazer. Não foi isso, porque esse expediente já não existe. Nos orçamentos do passado, nunca sabíamos com aquilo que podíamos contar. Punham sempre as mesmas coisas. Punham sempre o Solar dos Magalhães, o Cine-Teatro, as Termas, as estradas etc. Punham tudo e mais qualquer coisa e nós nunca sabíamos com aquilo que podíamos contar. Neste momento, o que lá está é para se fazer. Não sabemos se vamos cumprir tudo este ano. Só no final do ano é que consegui passar mais uma etapa na obra do Solar dos Magalhães. Tomara eu já o ter feito, até porque eu tinha adstrito verbas para o Solar dos Magalhães. Para dar continuidade e passar mais uma fase, tive de aprovar junto da DRCN a questão das escavações arqueológicas que foi junto ao final do ano. Acontece que já dei mais um passo e para o mês que vem, já vou poder apresentar em reunião de Câmara o projeto final para depois fazer a candidatura ao IFRRU, para depois em abril trazer à Assembleia Municipal para ver se ainda este ano conseguimos adjudicar a obra. O processo é este. É verdade quando falam nos cinco milhões. Mas também é verdade que eles não desapareceram, apenas transitaram de um ano para o outro, mas para a mesma obra. Eles existem. São reais e era isto que eu queria que percebessem. Isto não é retórica. Tudo isto é público e os senhores têm tudo para poder aferir da veracidade destas informações. Está tudo na internet”.

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse que o senhor Presidente referiu: “Nós confundimos tudo. Presumo que nós, membros do PS não os outros. Sendo assim, vou voltar a pegar no relatório de contas de 2013, para lhe dizer que nós não confundimos. O senhor Presidente da Câmara é que escolhe os dados que quer apresentar. Então pode ler-se: capital em dívida de médio e longo prazo – dez milhões. Total de endividamento líquido do município: 5,1 milhões de euros. O senhor Presidente falou também de pareceres que são necessários. Eu pergunto: no passado esses pareceres não exis-

tiam? Não foram feitas obras? Então, senhor Presidente, quando eu me quero dirigir a umas piscinas municipais a que concelho é que eu me desloco? É que em Amarante encontro uma piscina. Vou a Vila Meã, encontro outra. Agora lhe pergunto quando é que eu vou poder ir a umas novas piscinas municipais feitas pelo senhor Presidente e já prometidas desde 2013.

Referiu também que muitas das obras se prolongavam nas grandes opções do plano. Senhor Presidente todas as obras que pôs em plano, desde 2013 estão concluídas? Até aquelas pequenas obras que colocou para as Juntas de Freguesia estão todas concluídas desde 2013?"

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

Usou de novo a palavra para dizer ao senhor deputado Hugo Carvalho que em "11 de outubro de 2009, o PS falava nas novas piscinas a localizar na Baseira. Ora aqui está mais uma obra do PS em 2009. Pelos vistos o senhor Presidente tem agora de as fazer, apesar de prometidas em 2009.

#### **JOSÉ LUIS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

Em resposta ao senhor deputado Hugo Carvalho, disse: "Há obras que constam e que eu um dia gostaria de poder executar. Eu lembro uma promessa que fiz e que até hoje ainda não executei, que não está na minha esfera de competências que é a florestal. Aqui, pedia os vossos bons ofícios para ajudarem porque se calhar com uma pequena conversa, desfazendo o novelo, podem ajudar a que aquela obra se concretize".

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu, a proposta foi de imediato posta à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 20. Abstenções: 0 (zero) Votos a favor: 30.** Foi também votada em minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos. De referir que estavam presentes na sala 50 deputados.

#### **PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO-PRAZO, EM REGIME DE CONTA – CORRENTE**

Como nenhum senhor deputado se inscreveu, a proposta foi de imediato posta à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 20. Abstenções: 0 (zero) Votos a favor: 30.** Foi também votada em minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos. De referir que estavam presentes na sala 50 deputados.

#### **PONTO Nº 7 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE AMARANTE À APORFEST – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FESTIVAIS DE MÚSICA**

Usou da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO, do PS** para dizer que desconhecia em absoluto o que é e qual o fim desta associação. Fez alguma pesquisa por Associações de Festivais, mas não encontrou nenhuma de utilidade pública. Sabe apenas que é recente, porque foi fundada em 2014. A proposta não traz a acompanhá-la qualquer parecer técnico. Vão votar contra.

Por sua vez, o senhor deputado **ANTÓNIO ARAÚJO** usou também da palavra para dizer que não vê grande necessidade de um parecer técnico, até porque estamos a falar de um valor de quota de 240.00 €. Vão votar a favor a proposta.

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu, a proposta foi de imediato posta à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 20. Abstenções: 0 (zero) Votos a favor: 28.** Foi também votada em minuta, por **UNANIMIDADE**, para

poder produzir efeitos imediatos. De referir que estavam presentes na sala 48 deputados.

#### **PONTO Nº 8 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DE AMARANTE À ATP – ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE PORTO**

Usou da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO**, do **PS** para dizer que se trata de uma boa associação, esta sim, capaz de projetar e representar Amarante. Vão votar a favor.

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, a proposta foi de imediato posta à votação. Apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi também votada em minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos. De referir que estavam presentes na sala 48 deputados.

#### **PONTO Nº 9 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO – APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS – FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL ELEGÍVEL À “LINHA DE CRÉDITO BEI PT 2020 – AUTARQUIAS**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

**CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: “O sentido de voto da bancada do PS vai ser a abstenção porque o PS é um partido que tenta concretizar obra. Concretizou muita obra e fez muitos projetos para que esta Câmara os possa agora concretizar. Aliás, deixou muita obra feita para que esta Câmara pudesse ir aos fundos comunitários, nomeadamente ao overbooking buscar dinheiro para poder fazer mais obras. Levo uma certeza desta Assembleia Municipal, porque afinal confirmo que a Câmara não tem só uma dívida de 9,8 milhões de euros. Quero também dizer que esta linha BEI é muito vantajosa, mas era importante que tivesse vindo desagregada porque, proposta a proposta, e tendo em conta alguns montantes ridículos de pedido de financiamento que são feitos, podíamos votar de forma diversa. Assim vamo-nos abster”.

**ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que registava com agrado o suporte desta proposta, porque está muito bem fundamentada. Disse que quem quiser aprender a fazer candidaturas a fundos comunitários pode aprender por esta. Está muito bem fundamentada. É preciso é perder tempo a lê-la. Permite uma opção mais vantajosa de financiamento e por isso votam favoravelmente. Quanto ao overbooking o mérito foi deste Executivo que foi buscar o dinheiro. O PS também podia ter ido mas não foi. Depois das palavras que ouvimos do senhor Presidente da Câmara, o PS tem de ter muito cuidado quando falar em montantes ridículos.

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu, a proposta foi de imediato posta à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 0(zero). Abstencões: 20. Votos a favor:30.** Foi também votada em minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos. De referir que estavam presentes na sala 50 deputados.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram zero horas e quinze minutos do dia um de março. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

**O PRESIDENTE** \_\_\_\_\_

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O SEGUNDO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_